

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.424 - DF
(2010/0173295-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : **SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO
ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO**
ADVOGADO : **TIAGO PIMENTEL SOUZA E OUTRO(S) - DF015243**
EXECUTADO : **UNIÃO**
INTERES. : **ALDA EREIRA DANTAS E OUTROS**

DECISÃO

Trata-se de execução em mandado de segurança ajuizada pelo SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO em face da UNIÃO.

Em março/2011, a executada, intimada a apresentar as fichas financeiras para possibilitar o prosseguimento da execução, apontou questão de ordem requerendo a suspensão dos autos em razão de ter sido celebrado acordo entre as partes (fls. 88-161), com a qual o exequente concordou (fls. 165-166).

Por determinação da então Presidente da Terceira Seção, Ministra Laurita Vaz, foi determinada, nos autos de registro 2010/0173386-0, a suspensão de todas as execuções e embargos à execução lastreados no acórdão concessivo da segurança no MS 10.424/DF (fls. 162-163).

Passados aproximadamente 6 anos desde a suspensão, não foi confirmada a celebração do acordo para o grupo de substituídos deste registro e também não foi retomada a tramitação dos autos pelas partes (fl. 175), sendo intimadas a se manifestar (fls. 177-178).

A executada apontou algumas condições para a retomada da execução. Não houve manifestação do exequente.

A União foi intimada para os fins do art. 535 do Código de Processo Civil e apresentou a impugnação de fls. 190-206 reconhecendo valor devido apenas para a substituída ALDA EREIDA DANTAS.

Intimado a se manifestar, mais uma vez o exequente deixou transcorrer o prazo.

É o relatório.

DECIDO.

Ao que se observa dos autos, mesmo provocada a retomar o prosseguimento da execução em decisão publicada em 30/05/2017, a parte exequente permaneceu inerte.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **determino a intimação pessoal** do Sindicato nos termos do § 1º do art. 485 do Código de Processo Civil, sob pena de extinção da execução por negligência (art. 485, II, do CPC).

Tendo em vista o reconhecimento de valor devido a ALDA EREIDA DANTAS, **determino a expedição de RPV em relação a essa substituída.**

Ressalto que o valor a ser requisitado deverá ser atualizado pela TR com inclusão de juros de mora nos termos do RE 579.431.

Ademais, fica resguardada a possibilidade de expedição de RPV complementar em relação à diferença de valores quando considerada a aplicação do IPCA-E, a depender do resultado final do julgamento do RE 870.947 pelo STF.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção